



URBANISMO

Salvador: A Urgência de um Novo Plano Diretor

Armando Avena Filho*

Com mais de 2 milhões de habitantes, Salvador é a terceira mais populosa cidade do país. Mas é também a terceira maior favela. À precariedade da estrutura urbana se soma um contingente de mais de 300 mil desempregados. Por tudo isso, deve se pensar num novo Plano Diretor, sobretudo no momento de mudança do comando político do município.

O Censo de 1991, realizado pelo IBGE, revelou que Salvador já é a terceira cidade mais populosa do país, com cerca de dois milhões e cem mil habitantes. O crescimento populacional é fruto das altas taxas de crescimento demográfico, que embora apresentem tendência decrescente, ainda situam-se em patamares expressivos, e, principalmente, do contingente de migrantes que se dirigem à cidade, estimado em cerca de dez mil pessoas/mês, a maioria proveniente do interior do Estado.

O expressivo fluxo migratório é um reflexo do contraditório modelo de crescimento da base econômica do Estado, que tem a cidade do Salvador como centro polarizador e convergente de toda atividade produtiva. Nos últimos trinta anos a Bahia modificou radicalmente seu perfil econômico e, com a implantação do Centro Industrial de Aratu, do Pólo Petroquímico de Camaçari e da Metalurgia do Cobre, em-

preendimentos localizados na região metropolitana, tornou-se um Estado industrial com cerca de 30% do seu PIB gerado por este setor.

O dinamismo do setor industrial agiu como uma espécie de grande imã para as populações do interior que, atraídas pelo novo Eldorado, afluíram em massa para a RMS, em busca de emprego e de melhores condições de vida. Ocorreu, porém, que o parque industrial implantado no entorno da capital baiana, tinha como principal característica o uso de tecnologia de ponta e era formado por empresas intensivas em capital que utilizavam fundamentalmente mão-de-obra especializada.

Desse modo os fluxos migratórios que se dirigiam a Camaçari e Simões Filho, municípios onde estavam localizadas as indústrias, eram geralmente formados por contingentes de mão-de-obra desqualificada, que não encontrando oportuni-

des de emprego na indústria, dirigiam-se inevitavelmente a Salvador. A cidade, que apesar de apresentar dinamismo econômico, motivado pelos efeitos germinativos do novo parque industrial, especialmente no âmbito do comércio e dos serviços, tornou-se, porém, incapaz de absorver o enorme contingente populacional que diariamente batia à sua porta.

Salvador não apresenta sinais de decadência econômica pelo contrário, apesar da crise é possível perceber dinamicidade na sua economia. Nos últimos vinte anos o município e sua sede aumentaram consideravelmente a base produtiva, especialmente no setor terciário e na área das indústrias de pequeno e médio porte. As atividades comerciais, financeiras e de construção civil tiveram um enorme impulso e ao contrário do que se apregoa, muitos dos efeitos germinativos do Pólo Petroquímico se realizaram na cidade. A

* Armando Avena é economista, prof. da UFBA, e especialista em Política Econômica pela CEPAL.



prova disso está na manutenção da delegacia fiscal de Salvador como principal pólo de arrecadação de impostos do estado, superando inclusive a região que abriga as empresas petroquímicas. A suposição de que Salvador se transformaria numa cidade-dormitório decadente economicamente, não encontrou sustentação na realidade mesmo porque, os salários pagos pelas empresas de Camaçari são gastos na aprazível cidade-dormitório. É verdade que os impostos das empresas petroquímicas se realizem fora de Salvador e que a cidade se vê obrigada a fornecer um suporte de infra-estrutura urbana para uma população que trabalha fora de seus limites, no entanto, tal fato não adquire maior importância uma vez que a massa salarial gerada no Pólo é gasta na cidade, dinamizando o comércio, os serviços e demais atividades, mantendo em níveis satisfatórios o potencial de arrecadação.

A dinamicidade de Salvador não foi suficiente, porém, para viabilizar emprego à sua crescente população e ainda absorver os contingentes migratórios. Afinal, seu crescimento econômico acompanhou o caráter concentrador e excludente que caracteriza a economia brasileira além do que, a

recessão, que já dura quase uma década, limitou um maior avanço nessa área.

O grave, no entanto, é que o crescimento populacional e o aumento da base produtiva, não vieram acompanhados de uma ampliação adequada da estrutura urbana da cidade pelo contrário, o que se viu foi um processo contínuo de degradação da rede de serviços existente. Assim, Salvador se transformou na terceira maior favela do país, com a deterioração generalizada das condições de vida de sua população, e as estatísticas demonstram isso de forma inexorável:

- no setor educacional, pelo menos 800 mil pessoas, quase 40% da população não sabem ler nem escrever e são milhares as crianças em idade escolar que passam o dia perambulando pela cidade;
- a limpeza urbana é inadequada, das quatro mil toneladas de lixo produzidas diariamente, apenas 2,5 mil são recolhidas com regularidade;
- apenas 15% da população são servidas por rede de esgoto apropriada, resultando em graves problemas de saúde pública e nas altas taxas de mortalidade infantil;

- a criminalidade aumenta de modo assustador e a cidade já responde por mais de 40% das ocorrências policiais do Estado;
- o sistema de transporte é caótico sendo Salvador a única das grandes cidades brasileiras que ainda não possui transporte de massa;
- mais de 50% da população da cidade moram em invasões, e o problema das encostas ainda põe em perigo a vida de milhares de pessoas.

Se agregarmos a tudo isso os efeitos do processo recessivo que atinge a economia brasileira e que paralisou o dinamismo dos setores responsáveis pela atividade econômica na cidade, o quadro estará completo. Tal processo gerou um contingente de 300 mil desempregados e fez com que grande parcela da população fosse buscar no mercado informal sua sobrevivência, transformando Salvador na metrópole dos camelôs.

Reverter esse quadro desolador é o grande desafio a ser enfrentado pela nova administração municipal, que toma posse em janeiro de 1993. Para isso se faz indispensável estabelecer uma espécie de imagem-objetivo da cidade, determinando os

setores prioritários e definindo metas em prol de um objetivo previamente definido. Isso evita que as decisões sejam tomadas de forma casuística e impede aventuras, que resultam em obras inacabadas e em pedaços de concreto espalhados pela cidade.

Salvador precisa, portanto, de um novo plano diretor. O atual plano, que perderá sua vigência no final de 1992, embora tenha se constituído numa importante contribuição ao planejamento da cidade está ultrapassado, não só em função do acelerado processo de urbanização e das enormes modificações que ocorreram no

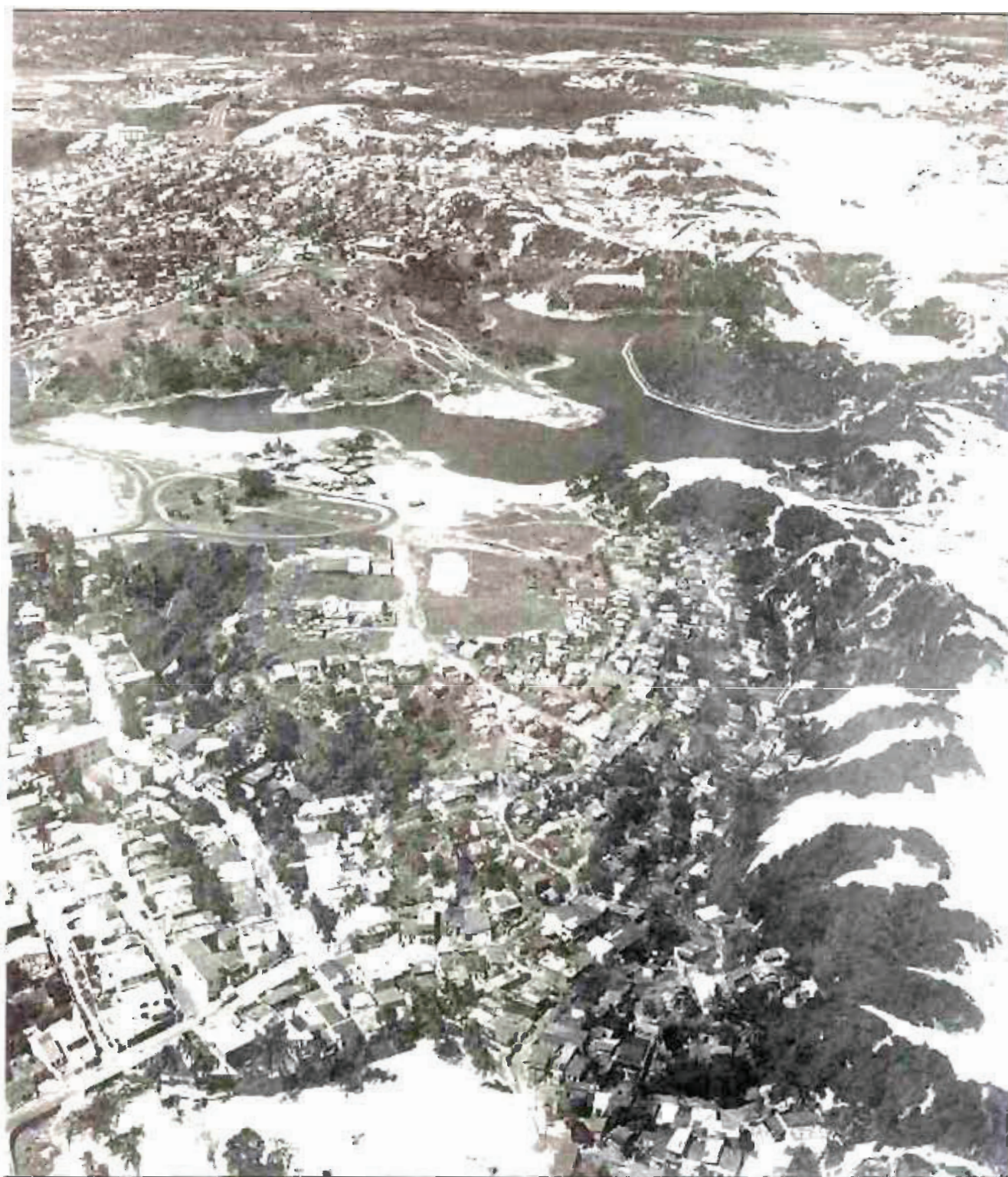
perfil econômico e espacial da cidade, mas também em decorrência de uma nova postura da sociedade, que não aceita mais as propostas tecnocráticas unilaterais e exige participação no processo de tomada de decisões.

A elaboração do novo Plano Diretor deve ser prioritária para a nova administração municipal. Tal plano deve naturalmente aproveitar as contribuições técnicas disponíveis, mas é fundamental que sua elaboração seja feita sob uma nova perspectiva, que procure articular harmonicamente a visão físico-territorial e os aspectos sócio-econômicos e, acima de tudo,

que elimine o caráter tecnocrático dos planos anteriores de modo a estabelecer como premissa maior um planejamento participativo.

Antes de mais nada, porém, é necessário que qualquer perspectiva de planejamento assimile a idéia de que a função primeira da administração municipal é por em ordem a cidade, fazendo funcionar adequadamente os serviços existentes. A limpeza, o transporte urbano, a conservação das ruas, o cumprimento rigoroso da lei de uso do solo, são ações prioritárias. Salvador é uma cidade terciária, uma cidade de serviços, semelhante ao Rio de Ja-





neto, sendo assim é indispensável que a sua infra-estrutura urbana funcione adequadamente, de modo a dar suporte ao turismo, ao comércio, ao lazer, etc.

Fazer os serviços urbanos funcionarem é obrigação primordial da administração municipal, contudo, a cidade precisa mais que isso, precisa de novas diretrizes

programáticas, que determinem as áreas prioritárias para investimentos e defina fontes de recursos que possam viabilizar projetos nas áreas críticas, especialmente no âmbito do saneamento, da habitação, do lixo, da educação e da saúde.

Precisa de um plano, que estabeleça as diretrizes fundamentais no âmbito do ordenamento urbano, que consolide os ve-

tores de expansão adequados e desestimize aqueles que trarão problemas futuros para a cidade. Que faça a opção por um sistema de transporte de massa e defina os caminhos para sua implantação. Salvador precisa, enfim, de um novo plano diretor, que possa delinear a cidade que sua população deseja para o futuro. ■